

SOCIEDADE CULTURAL TEUTO-BRASILEIRA  
GOETHE-INSTITUT - Setor Belo Horizonte  
Av. Caramal, 507 - (Colégio Amalho)  
Belo Horizonte (MG) Brasil

3



Marta Eloísa  
Melgaço Neves  
Rosana de  
Figueiredo Ângelo

## Constituição e preservação de um acervo

O Arquivo Público Mineiro detém a custódia de significativo conjunto de arquivos de personalidades políticas e intelectuais do Estado, organizado segundo critérios arquivísticos e colocado à disposição de pesquisadores e outros interessados.

*Assis*  
Sr. Moacyr Assis Andrade  
Rua Curitiba, 1, 22-67  
~~Belo Horizonte~~

REVISTA

> O *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro - APM*, publicado em 2006,<sup>1</sup> ao ser elaborado, estruturou-se a partir de três eixos que se fundamentam na forma de produção e acumulação dos acervos sob a custódia da instituição. Os três eixos são identificados como Fundos de origem pública, Fundos de origem privada e Coleções.

A consulta ao *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*<sup>2</sup> fornece elementos que possibilitam aos pesquisadores que se utilizam do *Guia* se informarem sobre o conjunto de características comuns de cada um desses eixos, desde que procurem pelos verbetes, “Arquivo privado”, “Arquivo público” e “Coleções”. O primeiro verbebo apresenta a seguinte definição: “Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa; também chamado arquivo particular”. Para o verbebo Arquivo público, o dicionário apresenta duas acepções: “Arquivo de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país” e para a segunda acepção: “Arquivo integrante da administração pública”. A Coleção é definida como uma “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam algumas características comuns”.<sup>3</sup> Considera-se pertinente acrescentar a esse elenco de termos as definições de arquivo pessoal e de fundo. Para o primeiro termo é apresentada uma breve definição: “Arquivo de pessoa física”, enquanto fundo é definido como o “conjunto de documentos de uma mesma proveniência, termo que equivale a arquivo”. Por esta exposição é possível inferir que os arquivos pessoais se constituem em uma categoria dos arquivos privados; e que fundo pode ser considerado como singular de arquivos no âmbito dos arquivos permanentes.

### Critérios norteadores

O propósito de se agrupar esses termos é fundamentar uma comunicação que faça transparecer, aos

pesquisadores que afluem ao APM, os critérios norteadores das ações dos agentes que atuam na instituição, no processo de desenvolvimento das atividades de arranjo e descrição dos acervos que se encontram sob a sua custódia. Neste sentido, considera-se pertinente acrescentar a esse elenco mais três conceitos que são fundamentais para a reflexão da prática da arquivística: o princípio da proveniência, o da organicidade e o da indivisibilidade. A professora Heloisa Liberalli Bellotto apresenta para cada um desses princípios a seguinte definição:

**Proveniência:** consiste na marca de identidade do documento relativamente ao produtor/ acumulador, o seu referencial básico, o princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa.

**Organicidade:** é a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. Os documentos determinantes/resultados/ consequências dessas atividades guardarão em si as mesmas relações de hierarquia, dependência e fluxo.

**Indivisibilidade:** Fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado. Também conhecido como integridade arquivística, característica que deriva do princípio de proveniência, segundo o qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido.<sup>4</sup>

Nessa perspectiva, o primeiro ponto a ser sintetizado é que o critério de ordenação lógica de arranjo e

descrição dos acervos só é implementado a partir da construção do conhecimento das relações de proveniência e organicidade que os caracterizam. É a partir do estabelecimento dessas relações que os acervos são identificados como sendo de origem pública ou privada, e definido se constituem fundos ou coleções. Na medida em que a construção desse conhecimento mostra-se complexa e implica operar com procedimentos metodológicos diferenciados para cada acervo, é que se justifica, no limite específico deste texto, tratar apenas dos aspectos pertinentes aos fundos de origem privada e das coleções que se encontram sob a guarda do APM.

Para isso é necessário retornar ao *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro*, de forma pontual às páginas 109 a 162, nas quais se encontram listados os acervos que foram identificados como fundos de origem privada e as coleções. Se o pesquisador aprofundar o seu processo de busca e passar a consultar os instrumentos de pesquisa específicos para cada um dos fundos privados e das coleções, perceberá que o primeiro conjunto de documentos apresenta complexidade na estruturação de seu arranjo, e que esse reflete uma gama variada de atividades desenvolvida pelo titular do fundo, registradas em suportes diversificados. Por seu lado, as coleções, de modo geral, se articulam a partir de uma única espécie documental, ou de determinados temas. Nesse caso, não é possível apresentar aos pesquisadores um conjunto de documentos em que estejam refletidas as relações de organicidade.

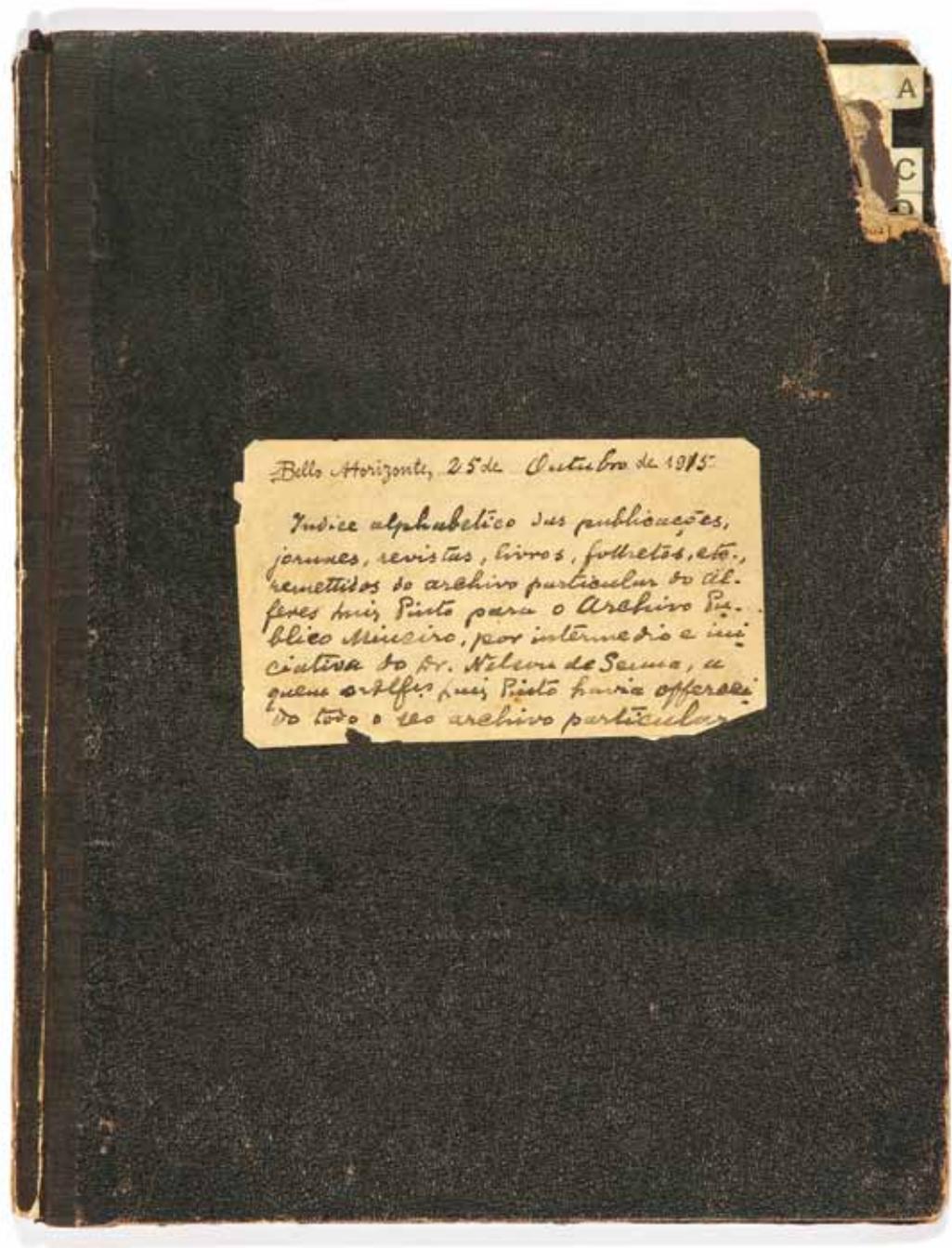
Nessa perspectiva, a Tipografia Guimarães é apresentada como uma coleção de fotos. A empresa funcionou em Belo Horizonte na década de 1920 e concentrava suas atividades na impressão de jornais, revistas, carimbos, clichês e formulários para a indústria e o comércio. De todo o conjunto de documentos produzidos e acumulados pela Tipografia

foram preservadas apenas 184 fotografias.<sup>5</sup> Essa coleção de fotografias foi arranjada e sua estrutura, dividida em três séries: Pessoas, Edificações e Diversos. Mas não foram preservados, por exemplo, os documentos produzidos em conexão com as atividades relativas aos orçamentos, aos contratos comerciais, à contabilidade e aos recursos humanos que certamente foram originados da Tipografia Guimarães.

Em contrapartida, objetivando elucidar o que vem a ser um conjunto de documentos em que as relações de organicidade foram preservadas, propõe-se a análise da estrutura de arranjo dos arquivos pessoais de João Pinheiro da Silva (1860-1908) e Arthur da Silva Bernardes (1875-1955). Esses personagens se destacaram no cenário político ocupando cargos tanto nas esferas legislativa e executiva em âmbitos municipal, estadual e federal, atuando no processo de construção e definição dos rumos da recém-proclamada República brasileira. Dessa forma, seus arquivos pessoais são guarnecidos de um significado público importante, já que permitem pesquisas não só do universo particular, mas também do contexto histórico e público em que se inscrevem.

### Fundos

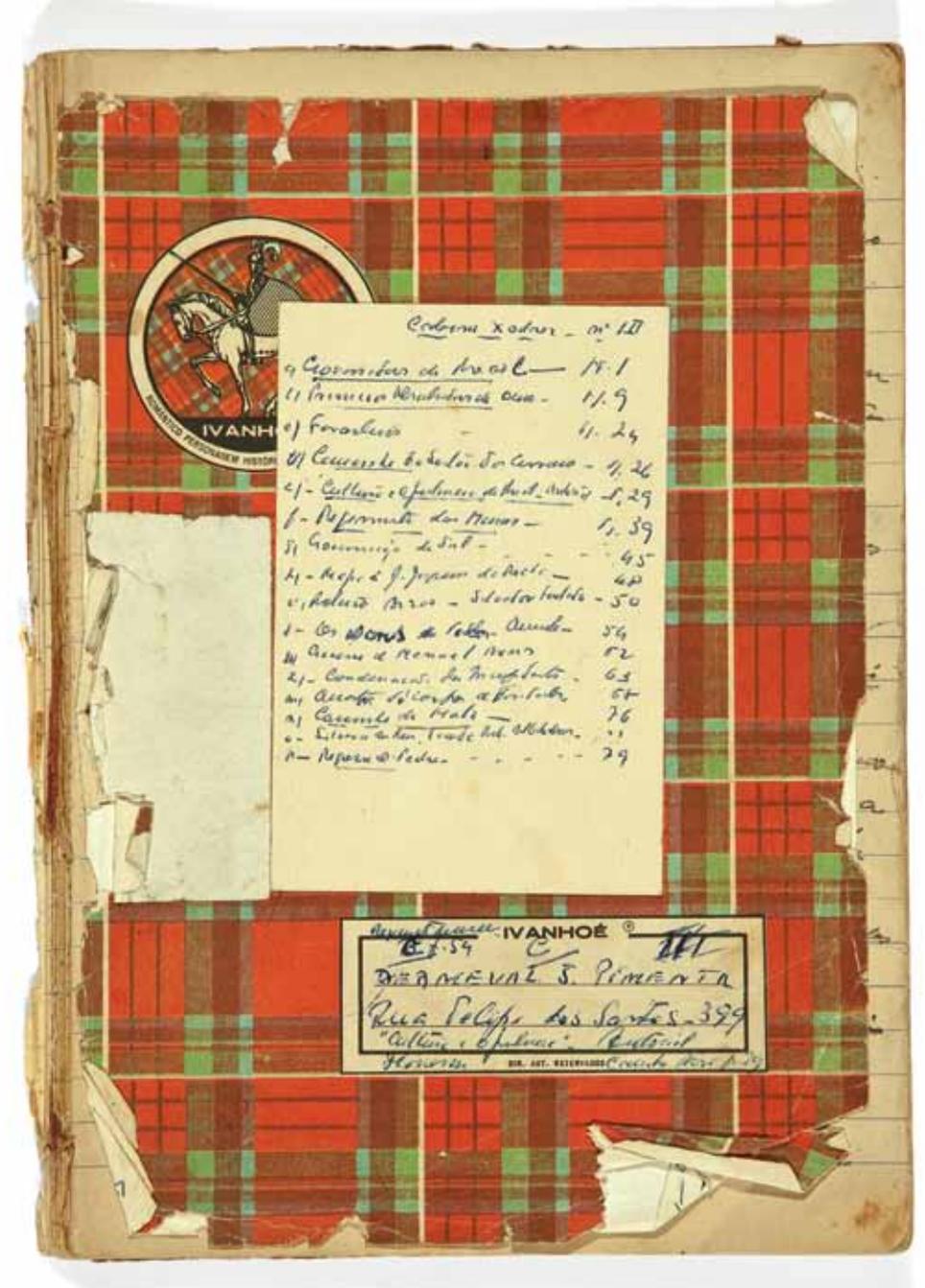
O Fundo João Pinheiro foi recolhido ao APM por intermédio de Israel Pinheiro da Silva, um dos filhos do titular, em meados da década de 1930, durante a gestão de Theófilo Feu de Carvalho. O processo de arranjo e descrição desse fundo foi executado por meio de um convênio firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais/Arquivo Público Mineiro e a Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Culturais, na segunda metade da década de 1980.<sup>6</sup> Ambas as instituições se mostravam interessadas em preservar e dar aos pesquisadores acesso a essas fontes, cumprindo, assim, as suas funções de divulgar



Belo Horizonte, 25 de Outubro de 1915.

Índice alfabético das publicações,  
jornais, revistas, livros, folhetos, etc.,  
remetidos ao arquivo particular do al-  
feres Luiz Pinto para o Arquivo Pú-  
blico Mineiro, por intermédio e ini-  
ciativa do Sr. Nelson de Sena, a  
quem o alferes Luiz Pinto havia oferecido  
do todo o seu arquivo particular.

Capa de caderno contendo índice alfabético das publicações, jornais, revistas, livros e folhetos acumulados pelo alferes Luiz Antônio Pinto (Caeté, MG, 1841 – Serro, MG, 1926). Doação Nelson Coelho de Sena (Serro, MG, 1876 – Belo Horizonte, MG, 1952). Arquivo Público Mineiro – LAP – 2/1 – doc. 72, cx. 01.



Coluna Xadrez - nº 127

9. Geometria de Brasil - 18-1

11. Práticas de Matemática - 19-9

12. Foros de - 11-24

13. Causas de Babel de Lemos - 11-26

14. Cálculo e Aplicações de Anal. Infinit - 1-29

15. Reformas da Matemática - 1-39

16. Comunicação de Inf. - 45

17. Regra de 3ª Prop. de Paulo - 48

18. História de Matemática - 50

19. Os Números de Pedro de Almeida - 54

20. Aritmética de Manuel de Almeida - 52

21. Condensação de Matemática - 63

22. Aritmética de Paulo de Almeida - 64

23. Cálculo de Paulo - 76

24. História de Matemática de Paulo - 77

25. Matemática de Paulo - 79

IVANHOE  
 DERMEVAL S. PIMENTA  
 Rua Polipe das Santas - 399  
 "Cálculo e Aplicações" (Bibliolite)  
 Florianópolis, SC, BR.

Caderno de apontamentos de Dermeval José Pimenta (São João Evangelista, MG, 1893 – Belo Horizonte, MG, 1991). Arquivo Público Mineiro – DJP-2.3 – doc. 65, cx. 08.

e disponibilizar documentos para a consulta pública, no que contribuíam para o desenvolvimento de investigações de caráter histórico.

A equipe formada para esse trabalho, após realizar a definição da estrutura de arranjo, optou pela elaboração de um inventário descrevendo o conteúdo de cada documento. O arranjo encontra-se estruturado em 11 séries, que representam de modo abrangente a trajetória percorrida pelo titular. As séries são: 1. Documentos pessoais; 2. Correspondência; 3. Produção intelectual; 4. Diversos; 5. Documentos complementares; 6. Recortes de jornais; 7. Folhetos; 8. Jornais; 9. Livros; 10. Plantas, projetos, prospectos e catálogos; 11. Fotografias.

O arranjo do fundo de Arthur Bernardes também se desenvolveu ao longo da segunda metade da década de 1980, sob a responsabilidade técnica de Elizabeth Cordoval, especialista do quadro de funcionários do APM. Esse importante acervo, sem dúvida, é o mais consultado fundo de origem privada sob a guarda do APM. O seu arranjo foi estruturado em 17 séries: 1. Documentação pessoal; 2. Produção intelectual; 3. Panfletos e volantes; 4. Recortes; 5. Deputado federal; 6. Presidente de Minas Gerais; 7. Presidente da República; 8. Senador; 9. Exílio; 10. Deputado federal; 11. Deputado federal; 12. Deputado federal; 13. Diversos; 14. Documentação complementar; 15. Anexo; 16. Folhetos; 17. Periódicos.

Uma vez demarcados alguns dos aspectos que compõem os desafios encontrados pelos agentes que atuam na instituição no processo de disseminar os conteúdos dos acervos sob a sua custódia, considera-se pertinente traçar um quadro contendo informações de caráter geral sobre os arquivos pessoais, a fim de sistematizar outros aspectos relevantes para essa questão (veja Quadro Descritivo, ao final do texto).

Iniciando a análise do quadro pela coluna que descreve a área de formação e atuação dos titulares dos arquivos, observa-se que o bacharelado em direito pela Faculdade de São Paulo é predominante. Dos 16 titulares apenas quatro não eram bacharéis em direito: Aurélio Pires, que cursou farmácia em Ouro Preto; Camillo Filinto Prates, humanidades em Ouro Preto; Manoel Basílio Furtado, medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro; e Olegário Maciel, engenheiro no Rio de Janeiro. O exercício de cargos públicos e representações políticas é uma constante na trajetória desses titulares, bem como o exercício da atividade jornalística. O período de atuação da maioria desses titulares se concentra na fase de transição entre a monarquia e a implantação do regime republicano. Outro aspecto comum a 14 desses titulares é o fato de terem desenvolvido parte significativa de suas trajetórias profissionais nos limites de Minas Gerais. Sendo exceção a esse aspecto barão Homem de Mello e Francisco de Assis Barbosa.

A análise da coluna “Formação e atuação do Titular do fundo” é expressiva para se formular uma explicação acerca dos critérios que nortearam o APM no processo de recolhimento desses arquivos. Esse tipo de registro não foi produzido de modo sistemático. Como atesta a coluna “Forma de recolhimento do fundo”, essa informação só é possível a sete dos 16 titulares. Nesse sentido, pode-se afirmar que o recolhimento se concentrou em uma geração de personagens cuja trajetória de vida apresenta uma estrutura semelhante e que pode ser caracterizada como representantes das elites mineiras.

Ainda em relação à formulação de explicações sobre as condições em que ocorreram os processos de recolhimento desses arquivos, deve-se considerar a hipótese de que o Arquivo Público Mineiro, desde a sua instalação, foi considerado uma instituição idônea, gerando assim, junto às famílias dos titulares, confiança

para transferirem a custódia desses conjuntos de documentos para a instituição. Certamente, depositar tais conjuntos no Arquivo Público Mineiro seria uma forma de homenagear a memória do titular.

A coluna dedicada ao período de abrangência dos fundos, “Datas-limite do fundo”, se comparada à primeira coluna que registra a data de nascimento e óbito do titular, fornece elementos para que se estabeleçam conjecturas sobre o processo de acumulação dos documentos. Nesse sentido, é possível afirmar que o alferes Luiz Antônio Pinto, Arthur Bernardes, João Pinheiro da Silva, Manuel Basílio Furtado, Olegário Maciel, Pedro Aleixo e Percival Farquhar se inserem em contexto marcado pelo colecionismo. No entanto, ainda é possível demarcar diferenças nessa ação de preservar. Os arquivos do alferes Luiz Antônio Pinto, de Arthur Bernardes e João Pinheiro da Silva reúnem documentos anteriores à data de seus nascimentos, evidenciando que cultivaram de forma sistematizada ações de preservação. Os arquivos de David Moretzsohn Campista, Manuel Basílio Furtado, Olegário Maciel, Pedro Aleixo e Percival Farquhar se destacam por acumular documentos bem posteriores aos seus respectivos óbitos, indicando que a vontade de preservar teve continuidade pela ação de outro ator.

As buscas a esses arquivos pessoais têm sido uma constante. Os pesquisadores utilizam desses documentos para desenvolverem trabalhos que abordam temáticas e concepções metodológicas diversas. No entanto, deve-se destacar que, apesar de a contemporaneidade estar sendo marcada pelo retorno da produção de biografias, nenhum dos arquivos pessoais sob a custódia do APM foi utilizado para sistematizar a biografia de um dos titulares. O que certamente não invalida que a instituição conceba uma política que assegure a continuidade de recolhimento dessa modalidade de arquivo.

#### Notas |

1. O *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro*, publicado em 2006, também se encontra no site [www.siaapm.cultura.mg.gov.br](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br).
2. DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; nº. 51)
3. É importante anotar que, no caso específico do verbete *coleção*, preferiu-se reproduzir a definição que consta do dicionário, publicado em 1996, pela Associação de Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo, por se considerar que é mais precisa que a que consta do dicionário publicado pelo Arquivo Nacional: “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”. Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
4. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8). p. 23-24.
5. As fotografias foram preservadas pelo sr. José Guimarães, e o processo de doação ocorreu em 1991, sendo intermediado pela historiadora Judite Guimarães, que naquele período atuava como diretora de Arquivos Permanentes do APM.
6. O Inventário Analítico do Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva foi coordenado e elaborado pela historiadora Maria Juscelina de Faria (FJP/CEC), que contou com a colaboração de Ana Maria Miranda Oliveira (APM-Organização dos documentos visuais), Araci Rodrigues Coelho (APM – Estagiária), Elizabeth Cordoval Soares Cardoso (APM), Maria Amélia Torres Cordeiro (FJP/CEC), Renata da Veiga Hanriot (APM – Organização dos documentos visuais).

**Marta Eloísa Melgaço Neves**, mestre pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi diretora de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro (APM) de 2007 a 2008 e é professora na Escola de Ciências da Informação da UFMG.

**Rosana de Figueiredo Ângelo**, mestre em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, é professora universitária e atua como diretora dos Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro (APM).

QUADRO DESCRITIVO DOS ARQUIVOS PESSOAIS SOB A CUSTÓDIA DO APM			
Nome do titular do fundo (nascimento-morte)	Datas-limite do fundo	Formação e atuação do titular do fundo	Forma de recolhimento do fundo
1 Alferes Luiz Antônio Pinto (1841 – 1924)	1718-1936	Natural de Caeté/MG, professor; genealogista; colecionador de registros históricos da região do Serro e Diamantina. Integrou o 18º Batalhão de Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.	Não consta
2 Aristides de Araújo Maia (1859 – 1903)	1867-1899	Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu atividades na esfera judiciária e legislativa da província mineira, entre elas o cargo de chefe de Polícia. Foi deputado ao Congresso Constituinte Federal de 1891 a 1895. Membro do Partido Republicano. Escreveu em vários jornais e revistas jurídicas.	Não consta
3 Arthur da Silva Bernardes (1875 – 1955)	1898-1975	Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu cargos legislativos de deputado estadual, federal e senador. Foi secretário das Finanças de Minas Gerais. Governou o Estado de 1918 a 1922, quando se tornou presidente da República. Membro do Partido Republicano Mineiro, da UDN e do PR.	O recolhimento deste fundo envolveu demanda judiciária que culminou com a decisão da guarda do acervo favorável ao APM. (AB, série A, anexo cx.146).
4 Arthur Bernardes Filho (1906 – 1981)	1919-1979	Advogado pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Deputado federal e senador. Vice-governador de Minas Gerais (1956 – 1961). Ministro da Indústria e Comércio no governo de Jânio Quadros. Dirigiu em Belo Horizonte o jornal <i>O Debate</i> . Membro do PR, PSD e Arena.	Não consta
5 Aurélio Pires (1862-1937)	1878-1936	Em 1894 formou-se em Farmácia pela Escola de Farmácia de Ouro Preto. Foi reitor do Ginásio Mineiro e, além de professor, dirigiu a Escola Normal Oficial. Participou do Ministério de Viação e Obras Públicas no período de 1910-1913. Lecionou na Faculdade Livre de Medicina. Diretor do Arquivo Público Mineiro (1927-1930). Autor de livros. Quando jovem, atuou na imprensa de Diamantina escrevendo para jornais de estudantes.	Não consta
6 Barão Homem de Mello (1837-1918)	1871-1902	Advogado pela Faculdade de Direito São Paulo. Presidente da Câmara Municipal em Indaionhangaba. Professor de história universal do Colégio Pedro II. Presidiu as províncias do Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia. Foi deputado da Assembleia Geral Legislativa da Província de São Paulo. Diretor do Banco do Brasil. Inspetor da instrução pública primária e secundária do Rio de Janeiro. Foi presidente da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio de Janeiro. Ministro do Império. Foi professor do Colégio Militar. Publicou trabalhos em revistas e jornais.	Não consta

7 Camillo Filinto Prates (1859-1940)	1885-1925	Estudou humanidades em Ouro Preto. Foi professor de matemática, ciências físicas e naturais na Escola Normal de Montes Claros, cidade onde também atuou como jornalista. Deputado provincial em 1882 e 1889. Após a proclamação da República, foi nomeado presidente da Intendência Municipal de Montes Claros. Deputado estadual constituinte de 1891 a 1895. Membro da comissão incumbida de formular os projetos de lei relativos à mudança da capital do Estado, de Ouro Preto para Belo Horizonte. Em 1895, foi eleito deputado estadual. Em 1899, foi eleito senador estadual. Em 1907, atuou como inspetor técnico de ensino. Em 1909, foi eleito deputado federal. No período imperial, foi membro do Partido Liberal e na República, do PRM.	Não consta
8 Chrispim Jacques Bias Fortes (1847-1917)	1869-1928	Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Ao longo do período imperial, foi promotor de Justiça, juiz municipal e deputado provincial. No período republicano, exerceu o governo provisório de Minas Gerais. Eleito senador constituinte para a 1ª legislatura e presidente da Assembleia Constituinte do Estado. Em 1894 foi eleito presidente do Estado de Minas Gerais.	Não consta
9 David Moretzsohn Campista (1863-1911)	1887-1953	Nasceu no Rio de Janeiro. Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Advogou em Rio Preto, província mineira, onde exerceu a função de agente executivo municipal e promotor público. Organizou o Clube Republicano dessa cidade. Em 1891, foi nomeado intendente de Rio Preto. Instalou a primeira tipografia e lançou o primeiro jornal dessa cidade. Deputado estadual de 1891 a 1892. No período de 1892 a 1894, durante o governo de Afonso Penna, foi secretário de Agricultura Comércio e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, participando da organização da Comissão Construtora da Nova Capital e promovendo a introdução de imigrantes no Estado. Entre 1894 e 1898, foi comissário do governo mineiro em Gênova, dirigindo o serviço de emigração. Foi secretário de Finanças do governador Silviano Brandão (1899 a 1902). Em 1903 foi eleito deputado federal. Em 1906 passa a dirigir o Ministério da Fazenda. Em 1910 foi enviado como ministro plenipotenciário da Noruega e Dinamarca, e, posteriormente, transferido para a legação de Paris, não chegando a assumir o cargo, pois faleceu em Copenhague.	A doação do arquivo foi feita por de Olga C. Moretzsohn Campista.

10	Felisberto Gouveia Horta (1867 – ?)	1867-1905	Entre 1867 a 1907, foi juiz municipal de órfãos e de direito do termo e comarca de Paraibuna. Exerceu a função de procurador fiscal e dos feitos da Fazenda Provincial das comarcas de Rio Verde, Campanha e Três Corações. Em 1881 foi nomeado cavaleiro da Ordem da Rosa por d. Pedro II. Em 1882, foi nomeado juiz de direito de Campanha. Combateu o movimento separatista do Sul de Minas. Nomeado prefeito de Poços de Caldas em 1907.	Não consta
11	Francisco de Assis Barbosa (1914-1991)	1956-1956	Advogado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Desenvolveu intensa atividade jornalística, trabalhou nos seguintes jornais e revistas: <i>A Noite, A Noite Ilustrada, O Imparcial, Vamos Ler, Carioca, Folha da Manhã de São Paulo e Última Hora</i> . Dirigiu o Anuário Brasileiro de Literatura, o Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa e a Associação Brasileira de Escritores. Foi assessor editorial e redator da enciclopédia Barsa e da coleção dos Anais e Documentos Parlamentares. Elaborou o plano de reestruturação do sistema de arquivos de São Paulo. Trabalhou no Serviço de Documentação da Presidência da República e na Casa Civil, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Professor visitante na Universidade de Wisconsin. Membro da Academia Brasileira de Letras e do IHGB. Publicou várias obras, dentre as quais se destacam: <i>A vida de Lima Barreto, Retratos de família e Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira</i> .	Não consta
12	João Pinheiro da Silva (1860- 1908)	1710-1966	Advogado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Após a formatura, mudou-se para Ouro Preto e estabeleceu um escritório de advocacia. Participou da organização do Partido Republicano e dirigiu o jornal <i>Movimento</i> . Em 1889, candidatou-se ao cargo de deputado provincial. Em 1890 foi nomeado pelo governo provisório secretário de Estado de Minas Gerais. No governo de Cesário Alvim foi vice-presidente. Foi também deputado federal na primeira Assembleia Constituinte Republicana. Em 1899 assumiu a presidência da Câmara Municipal de Caeté e exerceu também a função de agente executivo nessa mesma cidade. Em 1903, presidiu o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais. Em 1904 foi eleito para o Senado Federal, cargo que exerceu por pouco tempo, pois em 1906 tornou-se presidente de Minas Gerais. Membro fundador do IHGB.	A doação do arquivo foi feita por seu filho Israel Pinheiro
13	Manoel Basílio Furtado (1826-1903)	1873-1953	Mineiro de Queluz, formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e exerceu a profissão em vários hospitais em Minas Gerais. Foi vereador e deputado da Assembleia Provincial mineira. Publicou inúmeros trabalhos antropológicos e etnológicos. Destacou-se como fotógrafo.	A doação do arquivo foi feita por Amélia Terezinha Furtado

14	Olegário Maciel (1885-1933)	1895-1984	Cursou humanidades no Caraça (MG) e diplomou-se em engenharia no Rio de Janeiro. Teve intensa carreira política, ocupando diversos cargos: deputado provincial, agente executivo municipal, deputado estadual, deputado federal, consultor técnico do Ministério da Viação, inspetor geral dos Serviços de Vias Férreas, vice-presidente do Estado de Minas Gerais (1922), senador estadual (1922-1930) e presidente de Minas Gerais até 1933, quando faleceu.	A doação do arquivo foi feita por Doris Caixeta
15	Pedro Aleixo (1901-1975)	1925-2001	Mineiro, advogado, jornalista. Ocupou vários cargos políticos como deputado estadual e deputado federal, presidente da Câmara, secretário de Estado, ministro da Educação e Cultura no período de Castelo Branco e vice-presidente no governo de Arthur da Costa e Silva. Membro do Conselho de Segurança Nacional, foi contra o AI-5 e impedido pelos militares de assumir a Presidência da República, quando da morte de Costa e Silva. Em 1970 rompe com o governo e retorna para Minas Gerais, dedicando-se à criação do Partido Democrata Republicano. Foi ainda um dos fundadores da Faculdade Mineira de Direito e catedrático de Direito Penal, membro da Academia Mineira de Letras.	A doação do arquivo foi feita por seu filho, padre José Carlos Brandi Aleixo.
16	Percival Farquhar (1864-1953)	1897-1967	Nascido nos EUA, iniciou suas atividades industriais no Brasil em 1904, no Rio de Janeiro. Implementou projetos muito significativos como a construção da Estada de Ferro Madeira-Mamoré, a fundação da Companhia de Navegação da Amazônia, entre outros. Atuou no setor de mineração criando, entre outras iniciativas, a Acesita, em 1946.	A doação foi feita por Charles A. Guauld.

Fonte: *Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro* (2006)